

-----**ATA N.º 14/2014**-----

-----Aos 18 dias do mês de junho de 2014, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----Manuel António de Almeida Portugal;-----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Maria do Céu Neves Martins Louro. -----

-----Faltou a esta reunião o Senhor Vereador Victor Martins Santos, por se encontrar ausente do País.-----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro e coadjuvada por Sónia Cristina de Almeida Salgado Fernandes.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento do ponto de situação das candidaturas ao “Mais Centro”.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1. DIVISÃO DE PLANEAMENTO E URBANISMO**-----

**-----ASSUNTO: APROVAÇÃO DA 1.ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA E NÚMEROS DE POLÍCIA DO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA -----**

-----Foi presente informação interna do GTM N.º CN 80/2014, datada de 3/6/2014, com registo interno n.º 1500, dando conhecimento de que na reunião do executivo de 19/3/2014 foi analisado o Projeto da 1.ª Alteração ao Regulamento Municipal de Toponímia e Números de Policia do Concelho de Celorico da Beira, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, o qual foi submetido à apreciação pública. -----

-----Após decorrido o período de 30 dias úteis de apreciação pública sem que tivesse sido registada qualquer sugestão ou reclamação, deverá a 1.ª Alteração ao Regulamento em epígrafe, ser presente à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, conforme a alínea g), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, para que a mesma possa ser aprovada e ter eficácia externa. -----

-----Pelo facto de ter sido alterada a legislação das competências da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia, a legislação da reorganização administrativa do território das freguesias, o Regulamento de Funcionamento dos Serviços e respetivo organigrama do Município de Celorico da Beira, bem como, pelos 10 anos de aplicabilidade do Regulamento Municipal de Toponímia e Números de Policia do Concelho de Celorico da Beira, aprovado em 2003, deverá a 1.ª Alteração ao mencionado Regulamento ser republicada após a sua aprovação. -----

**-----Nos termos da Lei, a Câmara deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a 1.ª Alteração ao Regulamento Municipal de Toponímia e Números de Polícia do Concelho de Celorico da Beira. -----**

**-----1.1 ASSUNTO: FESTA DE SÃO JOÃO - CORTE DE ESTRADA-----**

-----**Requerente: Associação dos Bombeiros Voluntários Celoricensenses**-----

-----Foi presente informação técnica, com registo interno n.º 1595, datada de 13/6/2014, dando conhecimento de que foi solicitado pela Associação dos Bombeiros Voluntários Celoricensenses, autorização para a realização das Festas de São João nos dias 20, 21 e 22 de Junho do corrente ano, bem como, o corte ao trânsito nos três dias do evento, nomeadamente, a Rua Maximiano António Costa e Praça da República, entre o entroncamento da Rua do Poço e a Rua Sacadura Cabral, no horário entre as 18h e as 3h. -----

-----Mais informa que o parecer da GNR é favorável e nada tem a opor, desde que seja sempre salvaguardada a possibilidade de circulação automóvel dos moradores, bem como a circulação dos veículos prioritários. Chama atenção que a sinalização temporária a colocar pela organização deverá ser de acordo com o DR n.º 22-A/98, de 1 de outubro e suas alterações. -----

-----Não se encontrando o requerente, ao abrigo do n.º 1, do art.º 5.º, do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Celorico da Beira isento de taxas municipais, deverá a Associação dos Bombeiros Voluntários Celoricensenses, proceder ao pagamento das taxas no valor de 128,40€.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar o corte da estrada, nos termos descritos na informação técnica, bem como, incumbir os serviços de dar cumprimento a todos os requisitos nela constante.**-----

-----**1.2 ASSUNTO: REQUALIFICAÇÃO DAS RUAS LUÍS VAZ DE CAMÕES E GAGO COUTINHO - SINALIZAÇÃO TEMPORÁRIA**-----

-----**Requerente: Biosfera - Construções Unipessoal, Lda.**-----

-----Foi presente informação técnica, com registo interno n.º 1580, datada de 12/6/2014, dando conhecimento de que analisado o Plano de

Sinalização Temporário da Requalificação das Ruas Luís Vaz de Camões e Gago Coutinho, em Celorico da Beira, não vê inconveniente no deferimento de pedido desde que, seja sempre salvaguardada a possibilidade de circulação dos transportes públicos, moradores e veículos prioritários. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano de Sinalização Temporário da Requalificação das Ruas Luís Vaz de Camões e Gago Coutinho, em Celorico da Beira, nos termos descritos na informação técnica, bem como, incumbir os serviços de dar cumprimento a todos os requisitos nela constante.**-----

-----**2. GABINETE DE PROTEÇÃO CIVIL**-----

-----**ASSUNTO: IMÓVEIS EM RUÍNAS**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Proteção Civil, com registo interno n.º 1550, datada de 6/6/2014, dando conhecimento de que o Município está a concluir os processos relativos a duas habitações em ruínas na freguesia de Vale de Azares, as quais confinam, uma sita na Rua da Botica, n.º 4, inscrita na matriz sob o art.º 317, propriedade do Sr. Alfredo Figueiredo Cardoso e a outra sita na Rua da Portela, n.º 6, inscrita na matriz sob o art.º 300, cujo proprietário já faleceu, não sendo conhecidos os seus herdeiros. -----

-----No que diz respeito à habitação do Sr. Alfredo Figueiredo Cardoso, o próprio emitiu uma declaração, na qual autoriza o Município a efetuar a demolição da mesma e que os custos sejam pagos com a entrega da pedra resultante e a cedência ao domínio público da área do imóvel. -----

-----Relativamente à habitação cujo proprietário já faleceu, foi feita a notificação através de edital n.º 10/2014, de 11 de abril, que foi enviado à Junta de Freguesia para afixar, tendo estado o mesmo exposto de 17/4 a 8/5 de 2014, sem que tenha havido qualquer reclamação.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade: -----

-----Autorizar a demolição do imóvel inscrito na matriz sob o art.º 317, nas condições propostas pelo seu proprietário; -----

-----Tomar posse administrativa do imóvel inscrito na matriz sob o art.º 300, para poder dar execução à demolição, de acordo com o disposto no n.º 1, do art.º 91.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março.-----

-----**3. GABINETE DE INFORMÁTICA**-----

-----**ASSUNTO: PROTOCOLO DE ESTÁGIO ENTRE O MUNICÍPIO E O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PARA ESTÁGIO EM CONTEXTO DE TRABALHO DE OPERADORES DE INFORMÁTICA - RATIFICAÇÃO** -----

-----Foi presente, para ratificar, protocolo entre o Município de Celorico da Beira e Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira, para acolhimento em contexto de estágio de dois alunos do Curso de Educação e Formação de Operadores de Informática, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o protocolo entre o Município de Celorico da Beira e o Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira, nos termos constante do mesmo. -----

-----**4. DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E SOCIAL**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE DOAÇÃO DE VIATURA**-----

-----Foi presente informação interna, com registo n.º 1568, datada de 9/6/2014, dando conhecimento de que o Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira solicita a doação de uma viatura que se encontra imobilizada, por avaria, no parque da Câmara. Mais informa que o valor patrimonial da viatura é 0€-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, doar a custo zero, a viatura de marca Opel Movano, descrita na ficha cadastral de móveis, anexa à informação, ao Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira.

-----Mais deliberou que o assunto seja remetido à Assembleia Municipal.-----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** em nome do Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira agradeceu a doação da referida viatura, uma vez que para a escola é difícil encontrar novos desafios para os alunos, como é o caso desta viatura, que irá ser recuperada. Congratulou-se com o trabalho que tem sido desenvolvido entre a Câmara Municipal e o Agrupamento de Escolas.-----

-----**5. GABINETE DE AÇÃO SOCIAL, SAÚDE E FAMÍLIA**-----

-----**ASSUNTO: PAA - CONTRATO - PROGRAMA - ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, DESPORTO E MELHORAMENTOS DA FREGUESIA DE AÇORES**-----

-----Foi presente informação interna, com o registo n.º 1444, datada de 29/5/2014, referindo que no âmbito do PAA, entrou na autarquia uma candidatura da Associação de Cultura, Desporto e Melhoramentos da Freguesia de Açores, na área de Infraestruturas. A referida candidatura destina-se ao projeto de remodelação e requalificação das instalações da sede da instituição, onde funciona o Lar de Idosos e Centro de Dia. O apoio solicitado pela IPSS é no valor de 40.000,00€, sendo o encargo total do projeto no valor de 149.464,04€, sendo que, a Segurança Social financiou em 91.000,00€. Nesta sequência, submete-se minuta do contrato-programa a celebrar entre a referida Associação e o Município de Celorico da Beira.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** propôs a atribuição de um apoio financeiro à referida Associação no montante de 20.000€, que será liquidado através de um plano de pagamentos e fará parte do contrato-programa. Propôs também que o plano de pagamentos seja efetuado da seguinte forma: 10.000€ até ao final do mês de junho e o restante até ao final do mês de outubro, do corrente ano.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o contrato-programa a celebrar entre a Associação de Cultura, Desporto e Melhoramentos da Freguesia de Açores e o Município de Celorico da Beira, nos termos do PAA, cujo apoio financeiro será no montante de 20.000€, de acordo com o seguinte plano de pagamentos: 10.000€ até ao final do mês de Junho e 10.000€ até ao final do mês de Outubro, do corrente ano.-----

-----**5.1 ASSUNTO: ISENÇÃO DA TAXA DE CONSERVAÇÃO E TARIFA DE SANEAMENTO - NOVOS PEDIDOS**-----

-----Foi presente informação interna, datada de 13/6/2014, com o registo n.º 1596, referindo que foi requerido pelos Munícipes identificados na mencionada informação, isenção de taxa de conservação e tarifa de saneamento, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião.-----

-----Perante o exposto e de acordo com o art.º 47.º, do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água, o gabinete de ação social verificou que os processos a), b) e c), se enquadram no referido Regulamento, no Capítulo VII, Bonificações - artigo 46.º, Isenções. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar do pagamento da taxa de conservação e tarifa de saneamento, desde que os consumos

**domésticos não ultrapassem os 5m<sup>3</sup>, os munícipes identificados na informação.**-----

-----**5.2 ASSUNTO: REVISÃO ANUAL DOS PROCESSOS COM BONIFICAÇÕES DE ÁGUA**-----

-----Foi presente informação, com registo interno n.º 1597, datada de 13/6/2014, dando conhecimento dos processos que beneficiam de isenção de tratamento de esgotos (taxa de conservação e tarifa de saneamento), de acordo com o Regulamento Municipal de Abastecimento de Água, capítulo VII, artigo 46.º, n.º 8.-----

-----**6. SECÇÃO DE CONTABILIDADE**-----

-----**ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DE 2013-**

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade, com registo interno n.º 1631, datada de 16/6/2014, referindo que tendo em conta o disposto no art.º 75.º e 76.º, da Lei n.º 73/2013, de 9 de setembro (Lei das Finanças Locais), submetem as Contas Consolidadas relativas ao exercício de 2013, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião.-----

-----Esteve presente nesta reunião o Dr. Pedro Patrício, consultor da autarquia, para fazer uma apresentação da Prestação de Contas Consolidadas.-----

-----O Dr. Pedro começou por dizer que o grupo municipal integra apenas mais uma entidade de natureza empresarial em que o capital é detido a 100% pelo Município, denominada por Empresa Municipal Celoricense. Em termos de relações entre as duas entidades que compõem o perímetro de consolidação, para além da participação social, o Município transfere anualmente para a EMCEL um subsídio à exploração,



valor este que é aprovado anualmente em orçamento e está regulamentado por um contrato programa e que visa financiar a atividade da empresa municipal. A EMCEL fatura ao município diversos bens e serviços prestados na área da restauração, turismo, jardinagem e educação.-----

-----Disse que as demonstrações financeiras apresentam os valores do grupo municipal, utilizando-se o método da consolidação integral onde estão excluídos os valores das operações realizadas entre o Município e a EMCEL, bem como, os valores da participação financeira. No que diz respeito às dívidas a terceiros do grupo municipal, em 2013 houve uma grande redução das mesmas em relação a 2012. Tanto na EMCEL como no Município houve redução das dívidas a fornecedores, sendo que, com a aplicação da Lei dos Compromissos, o Município teve que reduzir drasticamente as dívidas a terceiros tendo havido igualmente contenção na assunção de novas despesas. -----

-----Regista-se igualmente uma ligeira melhoria da situação económica do grupo municipal, verificando-se uma redução de custos no valor de 128.175,81€ e um aumento dos proveitos de 42.200,66€, que resultaram num aumento do resultado líquido do exercício consolidado de 170.376,47€. As operações recíprocas eliminadas nos proveitos da demonstração de resultados da EMCEL totalizam em 2013 705.249,54€, representando uma redução face aos 858.231,98€ registados em 2012. Esta redução deve-se em parte à diminuição do subsídio atribuído à EMCEL, bem como, pela redução da faturação emitida ao Município. Ainda assim, as relações com o Município correspondem a cerca de 85% dos proveitos totais da empresa municipal. Salientou ainda, o resultado líquido positivo do grupo municipal que em 2013 foi de 535.794,49€, bem como, o aumento dos resultados operacionais face ao ano anterior. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** pela análise que fez ao documento apresentado constata que o funcionamento da Empresa

Municipal depende 85% da Câmara Municipal, o que é um fator preocupante. Verifica também, que a Empresa Municipal fatura ao Município diversos bens e serviços prestados na área da restauração, turismo, jardinagem e educação, sendo esta situação que permite a sua sustentabilidade, evitando assim, a sua dissolução, de acordo com o art.º 62.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. Disse que está em causa a continuidade da Empresa Municipal, e dela dependem muitos postos de trabalho. Relativamente ao balanço, conforme foi explanado, há uma redução de custos, situação que o agrada, no entanto, tem de se ter cuidado para não haver incumprimento.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** concorda com o Senhor Vereador Manuel Portugal que tudo têm de fazer para manter a Empresa Municipal, uma vez que estão vários postos de trabalho em causa. A dívida tem vindo a reduzir gradualmente, bem como, as dívidas as terceiros. No que diz respeito aos bens utilizados em regime de locação financeira, deu conhecimento dos valores registados contabilisticamente e que dizem respeito a um Minibus e à Loja de Lisboa, alertando que o valor da loja não está correto. Informou também, que a Empresa Municipal não tem qualquer dívida perante a Segurança Social. Por outro lado, continua a apresentar prazos médios de pagamento muito elevados. -----

-----No que diz respeito ao Município foi apresentada uma ênfase relativa à dívida da ADSE, sendo que, neste momento todos os pagamentos estão a ser efetuados a 90 dias, e no caso da ADSE, mensalmente é paga uma fatura de dívida em atraso. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** considera que deveriam encontrar formas de aumentar as receitas da Empresa Municipal, apresentando algumas sugestões. Sugeriu que seja feito um acompanhamento muito de perto do orçamento da EMCEL, para que a curto prazo, se possam evitar prejuízos para o Executivo. Verificar onde a

empresa pode ir buscar alguma receita, nomeadamente, através da atualização dos contratos existentes com empresas, como já foi aqui referido, que são receitas próprias que não se podem descurar. Incutir aos funcionários que aquele é o seu posto de trabalho, que devem ser mais empreendedores, não só os trabalhadores, como também a própria Administração, de forma a criar uma dinâmica de desenvolvimento. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que a Administração da Empresa Municipal tem feito tudo para contrariar esta situação, e se assim não fosse nunca apresentaria estes resultados. Concorde que também terá de haver uma maior dinâmica por parte dos funcionários.-----

-----Referiu que, de acordo com os valores obtidos junto da DGAL, em 2013 houve uma diminuição do excesso de endividamento líquido em 6,59%, face aos limites previstos. Esta redução ficou aquém dos 10% estipulados pela Lei das Finanças Locais, no entanto deve-se salientar que o Município tem dívida registada da empresa AdZC, cuja faturação tem sido devolvida, tendo em conta os processos judiciais interpostos pelos municípios à empresa, mas que foi contabilizada como faturação em conferência. Caso estas faturas não tivessem sido registadas, o Município teria conseguido efetuar a redução do excesso de endividamento líquido. ---

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que tem sido preocupação deste executivo reduzir dívida e equilibrar as contas. Disse que a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local, foi feita para encerrar empresas. Disse que a atividade da EMCEL está dependente do cumprimento do art.º 62.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e que apesar de em 2013 terem sido cumpridos todos os requisitos desse mesmo artigo, no futuro tem de se prestar especial atenção à situação financeira da EMCEL sob pena de a mesma ter de cessar a atividade por imposição legal. No entanto, disse que o executivo tudo tem feito para evitar o seu encerramento. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referindo-se à certificação legal de contas consolidadas, disse que o Revisor nas ênfases, nomeadamente, no ponto 8.5 refere que o anexo apresenta algumas imprecisões, questionando o porquê destas situações. -----

-----Em resposta, o Dr. Pedro esclareceu que são situações de fácil resolução, pelo que, irá proceder à sua correção, para que as mesmas deixam de constar, na respetiva certificação. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção da Senhora Vereadora Maria do Céu Louro, aprovar a Consolidação de Contas do Município de Celorico da Beira, relativas ao ano de 2013. ---**

-----**Mais foi deliberado, remeter a Consolidação de Contas para apreciação da Assembleia Municipal.**-----

-----**7. CLUBE DE CAÇA E PESCA DO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA** -----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE APOIO PARA CONVÍVIO DE PESCA DESPORTIVA** -----

-----Foi presente ofício do Clube Caça e Pesca do Concelho de Celorico da Beira, com registo de entrada n.º 5057, solicitando um apoio, para a realização do XIX Convívio de Pesca Desportiva, a realizar na Pista de Pesca da Ratoeira. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 50€, ao Clube de Caça e Pesca do Concelho de Celorico da Beira.** -----

-----**8. VEREADOR DO PELOURO DA EDUCAÇÃO**-----

-----**ASSUNTO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO**-----

-----Foi presente uma proposta do Senhor Vereador do Pelouro da Educação, que de seguida se transcreve: -----

-----“As dificuldades socioeconómicas que caracterizam hoje a sociedade portuguesa, constituem para muitos um forte impedimento ao seu sucesso e frequência do ensino superior.-----

-----Face a esta realidade o Município assume um papel cada vez mais relevante no apoio social às populações, nomeadamente a grupos sociais desfavorecidos, sendo certo que é necessário investir em políticas que visem a promoção das competências académicas e profissionais dos cidadãos, como forma de assegurar o desenvolvimento do Concelho, o que passa necessariamente pelo apoio aos jovens no ensino superior, combatendo o abandono escolar. -----

-----Atenta a este facto, a Câmara Municipal de Celorico da Beira, com o intuito de contribuir para, na medida das suas possibilidades, minorar tal situação atribui bolsas de estudos a alunos do ensino superior. -----

-----Na sequência do exposto sou a propor uma alteração ao art.º 6.º, n.º 1, do Regulamento de Concessão de Bolsas de Estudo, para que deixe de estar previamente definido o número total de bolsas de estudo a atribuir. Assim, o referido artigo passará a ter a seguinte redação: -----

-----“1 – O número de bolsas de estudo a conceder em cada ano letivo, será estabelecido anualmente pela Câmara Municipal de Celorico da Beira, considerando a verba orçamental disponível. O gabinete de Ação Social fará a publicação do aviso que será afixado nesta Câmara, bem como nos locais públicos do costume.” -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** considera que o sistema de apoio social aos estudantes do ensino superior é constituído por um conjunto de apoios diretos e indiretos. Este sistema tem desempenhado um papel relevante na expansão do sistema de ensino superior e na sua

acessibilidade, procurando-se com ele diminuir as dificuldades financeiras dos estudantes provindos dos meios mais carenciados. Na grande maioria dos casos é a atribuição de uma bolsa de estudo que viabiliza o direito à educação e igualdade de oportunidades.-----

-----No seguimento destas medidas, e tendo como intuito o desenvolvimento de estratégias de estímulo à natalidade e à fixação da população, deu conhecimento de que está a ser elaborado um programa de incentivo à natalidade, cujo objetivo é a atribuição de apoios e benefícios sociais. -----

-----A Senhora **Vereadora Maria do Céu Louro** concorda com a proposta apresentada para alteração do Regulamento de Concessão de Bolsas de Estudo, no entanto, considera que todos os anos deveria existir nova candidatura, independentemente de transitarem de ano, ou não. Disse que assim, existiria uma equidade de critérios.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** considera que o facto de todos os anos haver uma nova candidatura, independentemente de transitarem de ano, seria defraudar as expectativas dos alunos, uma vez que estão muito mais motivados, porque sabem que se passarem de ano, terão uma continuidade enquanto bolseiros. No entanto, se houver modificação dos rendimentos do agregado familiar, e o júri entender que o aluno adquire capacidade económica para o pagamento dos estudos, a bolsa poderá cessar. Deu também conhecimento de que é um atribuído um apoio às deslocações dos alunos que frequentem estabelecimentos de ensino superior, no total de uma viagem (ida e volta), por mês. Disse que esta alteração ao Regulamento é importante, uma vez que irá permitir uma maior inclusão do número de bolsas.-----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** disse concordar com esta alteração ao número de bolsas. Relativamente ao incentivo à natalidade,

congratulouse-se com este projeto, uma vez que tem sido também uma das suas batalhas ao longo destes tempos. Disse que é necessário criar condições para que as pessoas possam constituir família.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, submeter a alteração ao n.º 1, do art.º 6.º, do Regulamento de Concessão de Bolsas de Estudo, a apreciação pública, nos termos do disposto no artigo 118.º, do Código de Procedimento Administrativo.** -----

-----**9. AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONCEÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO PWC (TAÇA DO MUNDO) E FESTIVAL NACIONAL DE PARAPENTE** -----

-----Foi presente informação interna com registo n.º 1632, de 16/6/2014, dando conhecimento de que, nos termos da Portaria n.º 53/2014, de 3 de março, conjugada com o n.º 11, do art.º 73.º, da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro (LOE 2014) e cumpridos os requisitos do Pedido de Parecer, indicados no art.º 3.º, da Portaria atrás mencionada, solicitam autorização para aquisição de serviços para conceção e organização do “PWC e Festival Nacional do Parapente”. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** felicitou o Senhor Vice-Presidente, José Luís Cabral, pelo empenho na realização da Taça do Mundo de Parapente. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que desde 2008 que Linhares da Beira, uma pequena freguesia, competiu com 15 países para a realização desta Taça do Mundo, mas conseguiu ser o local privilegiado e eleito como um dos melhores locais de descolagem e voo para a prática do parapente. Disse que Linhares da Beira vai receber, de 21 a 28, a Taça do Mundo de Parapente, a mais alta competição do parapente mundial. Deu conhecimento de que a Taça do Mundo de Parapente percorre três

continentes, Europa, América e Ásia, sendo que, este ano, Portugal foi escolhido para acolher uma das três etapas europeias da competição, que conta com os melhores pilotos de parapente do mundo. Deu conhecimento de que o secretariado irá funcionar no Centro Cultural em Celorico da Beira. Este evento contará com a participação de 31 países, 130 pilotos e 57 acompanhantes, o que para a economia local é muito bom, uma vez que vai gerar receita.-----

-----Louvou o trabalho desenvolvido pelos executivos anteriores, nomeadamente o Senhor ex-Vice-Presidente Armando Neves, uma vez que sempre apostaram no Parapente. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** pretendeu saber qual a razão do secretariado do parapente ficar em Celorico da Beira. -----

-----Em resposta, o Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que tem a ver com a Internet, uma vez que o sinal em Linhares da Beira é fraco. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, conceder autorização prévia para aquisição de serviços para conceção e organização do “PWC e Festival Nacional do Parapente”, para cumprimento da Portaria n.º 53/2014, de 3/3.** -----

#### -----**10. GRUPO PARLAMENTAR DO PCP**-----

-----**ASSUNTO: RESPOSTA DO GOVERNO À PERGUNTA DO PCP SOBRE A INSTALAÇÃO DOS JULGADOS DE PAZ**-----

-----Foi presente para conhecimento, ofício do Grupo Parlamentar do PCP, com registo de entrada n.º 5102, datado de 3/6/2014, relativamente à temática em título. -----

-----**10.1 ASSUNTO: PROJETO DE RESOLUÇÃO DO PCP DE REPOSIÇÃO DO HORÁRIO DAS 35H**-----



-----Foi presente para conhecimento, ofício do Grupo Parlamentar do PCP, com registo de entrada n.º 5016, datado de 2/6/2014, relativamente à temática em título. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Os textos das deliberações constantes desta ata foram aprovados em minuta para efeitos de eficácia imediata. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 12:40h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----